

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.285 - MG (2019/0286783-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **LUCAS WENDER MARTINS BRESSANE (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **LUCAS WENDER MARTINS BRESSANE**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nesta Corte, a defesa alega manifesto constrangimento ilegal, sob o argumento de que "são abstratos e ou inidôneos os fundamentos adotados para decretar e manter a prisão preventiva." (e-STJ, fl. 117)

Assevera que "A possibilidade de fixação de regime diverso e de substituição da pena por medidas restritivas de direitos é notória e reforça a desproporcionalidade em se manter presa, uma pessoa que, provavelmente, ao final da instrução processual será mantida em regime menos gravoso." (e-STJ, fl. 117)

Ressalta que "há que se levar em consideração as peculiaridades do caso, a necessidade e suficiência da medida; e, ainda, a possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão." (e-STJ, fl. 122)

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 132).

Foram prestadas informações (e-STJ, fls. 135-205).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso ordinário, para que seja revogada a prisão preventiva do Recorrente e avaliada a possibilidade de sua substituição por medidas cautelares alternativas (e-STJ, fls. 210-213).

É o relatório.

Decido.

O recurso não comporta provimento.

Quanto à alegada falta de motivação para a custódia cautelar, não assiste razão à defesa.

A prisão preventiva foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"Conforme o APFD, a Polícia Civil deu cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência de Douglas Bressane de Souza, sobre o qual pesa denúncias de que ele traficaria drogas e também por ter ligação com a facção criminosa denominada PCC, entretanto, os policiais chegaram na residência e se depararam com o conduzido Lucas, que é irmão de Douglas, tendo em vista que este encontra-se preso em virtude de mando de prisão que havia em seu desfavor.

Em buscas no local, foram encontrados no quarto em que Douglas ocupava, 01 balança de precisão maior de cor branca, 01 touca tipo ninja e 01 boné de cor verde.

Superior Tribunal de Justiça

No quarto da mãe de Douglas, foi encontrada 01 balança de precisão menor. No quintal da residência, em frente a janela do quarto do conduzido Lucas, foram encontradas 03 porções grandes de substância análoga a crack, envolta em uma camisa, indicando que Lucas teria arremessado tal droga ao notar a presença dos policiais.

A quantidade elevada de entorpecente, as balanças de precisão apreendidas, e a forma como foram encontrados é bastante indicativa da mercancia ilícita, não sendo crível, à luz dos elementos de prova ora coletados, que as drogas não fossem de sua propriedade.

Apontam ainda, os laudos toxicológicos realizados pelo Instituto de Criminalística que as **04 (quatro) pedras encontradas comportaram-se como cocaína, com massa de 157,3g.**

Desse modo, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva é necessária para a garantia da ordem pública.

Por certo, o conceito de ordem pública visa não só prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas acautelar o meio social.

[...]

Importante registrar que a prisão preventiva, quando decretada para assegurar a ordem pública, não viola o princípio do estado de inocência, porquanto em contrapartida aos interesses constitucionalmente assegurados aos acusados existem outros igualmente relevantes e tutelados pela Constituição da República, como a segurança pública, que, diante do conflito concreto de valores, deve exercer preponderância sobre aquele primeiro princípio.

A conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva se mostra possível ante o teor do art. 313, 1, do CPP, uma vez que o crime de tráfico prevê pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.

Com efeito, o delito, em tese, praticado pelo flagrado, ostenta particular repercussão social, diante dos efeitos maléficos do tráfico de entorpecentes no seio da sociedade, sendo insuficientes as medidas cautelares diversas.

Diante do exposto, com fundamento nos artigos 312 c/c 313, I, do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de LUCAS WENDER MARTINS BRESSANE em preventiva." (e-STJ, fls. 25-26; sem grifos no original)

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, segundo se infere, o decreto preventivo está suficientemente motivado na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta da conduta delitiva, pois o recorrente foi preso na posse de **157,3g de crack.**

Esta Corte, inclusive, possui entendimento reiterado de que a quantidade e a diversidade dos entorpecentes encontrados com agente, quando evidenciarem a maior reprovabilidade do fato, podem servir de fundamento para a prisão preventiva.

A propósito:

"[...]

Superior Tribunal de Justiça

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente mantida na sentença, a qual indeferiu o direito de recorrer em liberdade com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela natureza e elevada quantidade das drogas apreendidas (177 porções de 'cocaína', com peso de 40,36g e 01 uma porção de 'maconha', com peso de 23,59g), o que denota a necessidade da prisão para resguardar a ordem pública, não havendo falar em existência de evidente flagrante ilegalidade.

[...]

Habeas corpus não conhecido."

(HC 393.308/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 6/4/2018).

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, a prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com base na gravidade concreta do delito, evidenciada pela quantidade e natureza da droga apreendida (170 invólucros plásticos, contendo cocaína, pesando 68,1 g e 20 invólucros plásticos contendo maconha, pesando 40,5 g), aliada às circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante.

3. É consabido que eventuais condições subjetivas favorável ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na hipótese, os requisitos autorizadores da referida segregação.

4. Ordem denegada."

(HC 425.704/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018).

Pelos mesmos motivos acima delineados, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do recorrente. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; HC

Superior Tribunal de Justiça

394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

